

21 DEZ 1986

A atual República e a Educação

ESTADO DE SÃO PAULO

Na reunião realizada no decorrer desta semana com os seus ministros, na qual praticamente "entregou a Deus" o nosso futuro, para o ano de 1987, o presidente José Sarney deu a cada um deles a oportunidade de fazer um balanço do que foi realizado na área sob sua responsabilidade. Os relatos de cada ministro estão muito longe daquela precisão que permitiria avaliar a obra de cada um, ficando em certas generalidades e em algumas promessas, estas ainda mais vagas, para o próximo ano, na dependência, obviamente, do que irá acontecer, depois das malogradas esperanças despertadas pelo Plano Cruzado e do incipiente reconhecimento de que não é possível conciliar metas inconciliáveis e resolver os problemas do desenvolvimento nacional por meio dos decretos elaborados pela "nova tecnocracia", de acordo com o "modelo heterodoxo" que a realidade se vai encarregando de fazer em pedaços, à espera de que, finalmente, se reconheça que não é possível "revogar" impunemente o mercado e suas leis.

Este comentário, entretanto, não se destina a examinar o que aconteceu (ou teria acontecido) em cada área, mas restringe-se, exclusivamente, à da educação.

De acordo com o relato do ministro Bornhausen, "o Ministério da Educação aplicou, no corrente exercício, recursos da ordem de Cz\$ 36,1 bilhões, estando prevista para 1987 a aplicação de Cz\$ 40 bilhões", o que, diga-se desde já, representaria, tendo em vista a inflação real, uma substancial redução de recursos, a

ser compensada, naturalmente, no decorrer do exercício, pelas necessárias suplementações.

Ficamos sabendo, em função dos dados mencionados no relatório, que o ensino superior abocanhou a metade desses recursos, mais precisamente 18,2 bilhões de cruzados, prevenindo-se, para o próximo ano, a destinação, para ele, de porcentagem mais ou menos semelhante, isto é, 19,5 bilhões dos 40 programados. A simples menção de tais dados já revela que o sistema continuará em crise, da qual certamente não irá sair mediante o Programa Nova Universidade: de fato, os jornais da semana já noticiam que as universidades deverão começar o ano em "plena normalidade", isto é, em greve, já que esse é o estado crônico do ensino superior federal. E como os docentes estão reivindicando cerca de 140% de aumento, sem contar o reajuste, "de acordo com o índice de inflação do Dieese", é de imaginar que o estado crônico não se irá modificar. Acrescentemos, aliás, que a reivindicação, em si mesma, é perfeitamente justa, desde que haja um retorno realmente compensador, graças à qualidade do ensino ministrado e da pesquisa realizada. E é nesse ponto que temos nossas sérias dúvidas, que o relatório do ministro em nada contribui para esclarecer. Ao contrário, parece-nos que o relatório apenas confunde a questão, especialmente no que diz respeito à "produção científica". Realmente, de acordo com as palavras do ministro, "as universidades federais contribuem com 85% da produção científica nacional". (Tratar-se-ia de in-

desculpável erro de datilografia, em documento liberado à imprensa?) Ora, segundo dados escrupulosamente levantados pelo professor Ianny Novah Moraes, a USP, sozinha, é responsável por 24,1% da produção científica nacional (Cf. *Perfil da Universidade*, Pioneira-Edusp, 1986, p. 57). A esse dado o mesmo autor acrescenta que, além de a USP ser responsável por um quarto da produção científica do País, o Estado de São Paulo, como um todo, por intermédio de suas unidades de ensino e pesquisa, responde por mais de 35% dessa produção (idem, p. 80). Só aí, sem contar a produção científica que, ainda que pequena, se realiza nas universidades privadas e, principalmente, a que se faz nos institutos dedicados exclusivamente à pesquisa, já deixamos longe os 100%, o que sugere que os dados fornecidos no relatório não devem ser muito confiáveis.

Ficamos sabendo, ainda, pelo breve relatório ministerial, que 4,5 bilhões de cruzados foram destinados à construção e recuperação de escolas; 2,7 bilhões foram repassados à rede municipal de ensino, também para construção e recuperação de salas de aulas e treinamento de professores; o Programa Nacional de Alfabetização aplicou 5,4 bilhões; 553 milhões foram aplicados em livros para alunos do 1º grau; 150 milhões foram destinados à recuperação de escolas técnicas e mais 500 milhões (se bem entendemos o relatório, que é pouco preciso) ao que parece a mesma atividade. Temos aí um total de 14,28 bilhões que somados aos 18,2 do ensi-

no superior representam 32,48 bilhões, não havendo dados a respeito dos mais de 3 bilhões restantes, necessários para perfazer a quantia de 36,1 bilhões.

O que não é possível avaliar é se esses bilhões, pouco, muito pouco, para atender as carências e necessidades do ensino brasileiro, foram efetivamente bem empregados e se demos passos reais no sentido de reduzir a evasão escolar, de recuperar analfabetos funcionais, de reduzir as taxas de analfabetismo no País.

Teremos de esperar, certamente, por um relatório pormenorizado e preciso, que substitua as vagas informações do relato impressionista e, como vimos no caso da produção científica, pouco confiável do ministro, para podermos avaliar com um pouco mais de certeza o que anda fazendo, realmente, a Nova República no domínio do ensino e se essa real *prioridade social* (num governo que proclama, a todo instante, sua preocupação com o "social", quase entificado) está merecendo realmente um tratamento prioritário e quais os resultados concretos até agora obtidos.

Enquanto esse relatório não aparece (e, quando aparecer, seria preciso verificar até que ponto ele traduz a realidade, já que o governo da Nova República, talvez inspirado pelo ministro Funaro, parece por demais propenso a decretar a realidade, em lugar de apreendê-la) preferimos suspender o nosso juízo, evitando o risco da precipitação e da prevenção que, como já ensinava o velho Descartes, são a causa preliminar do erro.